Relatório da Audiência n.º 110-COFAP-XII

Dia: 13 de novembro de 2013

ENTIDADE: CSTAF – Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

ASSUNTO: Proposta de Lei n.º 178/XII que aprova o Orçamento do Estado para 2014

Recebida pelos Senhores Deputados:

- Fernando Virgílio Macedo (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Conceição Bessa Ruão (PSD)
- Hugo Velosa (PSD)
- Nuno Sá Costa (PSD)
- Luís Pita Ameixa (PS)
- Artur Rêgo (CDS-PP).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência decorreu no âmbito da apreciação, na especialidade, da proposta de lei n.º 178/XII/3.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2014.

Sobre esta matéria, o Senhor Juiz Conselheiro António Francisco de Almeida Calhau, Presidente do CSTAF, fez uma intervenção inicial em que manifestou grande preocupação com o desinvestimento que está a ser feito nesta jurisdição, agravado com os cortes orçamentais previstos para 2014, que põe em causa não a independência dos tribunais e dos juízes mas a dignidade da função e a operacionalidade da máquina jurisdicional. Acrescentou ainda que, em matéria

remuneratória, os magistrados foram os únicos que sofreram uma redução em 20%, de forma definitiva, nos subsídios, através da alteração dos estatutos, para além dos cortes, do congelamento das progressões e da não abertura de concursos aplicados a toda a função pública.

Alertou também para o facto de o sistema informático (SITAF) se encontrar completamente inoperacional e, ainda, para o facto de, desde 2004, não mais ter sido publicado qualquer diploma regulamentar da anunciada reforma e de as medidas práticas adotadas não terem resolvido/diminuído as pendências desta jurisdição (com a criação de equipas extraordinárias e arbitragens).

Por fim, considerou preocupante que a Senhora Ministra da Justiça, em sede de debate do Orçamento do Estado, a propósito da apresentação do «Guião para a Reforma do Estado», tenha levantado a questão da separação entre tribunais administrativos e tribunais fiscais, sem especificar em que termos tal ocorreria.

Em sede de debate, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) questionou até que ponto as dificuldades criadas e a falta de meios não terão consequências na resolução dos processos e considerou não ter razão de ser a questão da separação entre tribunais administrativos e fiscais. Em seguida, interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), que manifestou compreensão quanto às questões apresentadas, mas recordou que, neste contexto de crise, o desinvestimento é transversal a todos os setores e os cortes remuneratórios atingem todos. Por fim, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) congratulou-se com o facto de o Presidente do CSTAF ter afirmado não estar em causa a autonomia e a independência dos juízes, reconheceu não estar a ser dada a estes tribunais a importância que merecem e justificou os cortes com o estado de necessidade em que o País se encontra.

Por último, o Senhor Juiz Conselheiro Lúcio Barbosa, a Senhora Juíza Cristina Bento Duarte e o Senhor Juiz Conselheiro António Calhau usaram da palavra para responder aos comentários efetuados pelos Senhores Deputados, voltando a reivindicar meios de apoio ao quadro de magistrados, nomeadamente um quadro de inspetores e três ou quatro auxiliares para cada tribunal, para poderem ter capacidade de resposta.

Pelas matérias abordadas na audiência, sugere-se o envio do presente relatório, para os efeitos tidos por convenientes, à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Diversa informação sobre a audiência pode ser consultada na página da Comissão.

Palácio de São Bento, 13 de novembro de 2013

O Vice-Presidente da Comissão

Fernando Virgílio Macedo